



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO JANE VANINI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LETICIA BAZZI DO NASCIMENTO BALBUENA

**DO SONHO DA TERRA AOS DESAFIOS PARA NELA PERMANECER:
ponderações sobre a Gleba Providência III em Curvelândia/MT**

Pré-Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso como requisito final da disciplina de Seminário

Orientador: Edevaldo Aparecido Souza

Linha de Pesquisa: Dinâmica Espacial

Cáceres/MT

2020

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
1.1 objetivos	5
1.1.1 Objetivo Geral	5
1.1.2 Objetivos Específicos	5
1.2 justificativa.....	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
2.1 Diferentes olhares e perspectivas sobre Território e Lugar	11
2.2 Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização como processos na construção do modo de vida Camponês	18
2.3 O lugar como fonte de Identidade, Pertencimento, Trabalho e Vida no Camp.....	23
3 MATERIAL E MÉTODOS	26
4 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	28
5 RESULTADOS ESPERADOS	29
6 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

DO SONHO DA TERRA AOS DESAFIOS PARA NELA PERMANECER: ponderações sobre a Gleba Providência III em Curvelândia/MT

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo analisar os desafios de permanência na terra aos sujeitos camponeses da Gleba Providência III no município de Curvelândia/MT com ênfase nos conceitos de território e de lugar. Propõe uma discussão nestes dois conceitos a partir de uma visão do materialismo histórico dialético e da fenomenologia para a compreensão do esvaziamento desta comunidade a partir das relações de políticas públicas, identidade e pertencimento, fazendo uma reflexão sobre questões agrárias, de produção, trabalho e renda. A metodologia será pautada em incursão teórica dentro das categorias geográficas de território e lugar, além de conceitos de agrárias, do trabalho e de renda em autores referendados na temática. Para a compilação da segunda parte da pesquisa, contará com o aporte de dados de Órgãos Governamentais para a compreensão de números quantitativos e de políticas públicas que estiveram ou estão presentes na Gleba Providência III. A última etapa da pesquisa será com a visita *in loco*, aderindo a entrevistas com questionários semiestruturados, com a observação da comunidade e com a análise dos dados de maneira quanti-qualitativa. Fundamental entender as relações sociais, econômicas e territoriais que são despendidas na comunidade pesquisada, com o intuito maior de abranger os desafios que são postos pelo capital como empecilho na continuidade do modo de vida e de produção. Desta forma, entende-los, se torna crucial para a busca de alternativas de resistência da população camponesa frente a um atribulado jogo de poder que favorece o capital.

Palavras-chave: Camponeses; Território; Lugar; Identidade; Pertencimento.

1 INTRODUÇÃO

Há muito tempo se discute no Brasil sobre o esvaziamento do campo e suas complexidades para a sobrevivência da população rural. Não se trata de uma temática nova, mas, que merece devida atenção, principalmente no que se refere às comunidades menos tradicionais e localizadas próximo aos trechos urbanos.

Em Mato Grosso, a situação se assemelha ao que acontece no restante do país, principalmente quando relacionado à população jovem que reside no campo. Muitos fatores evidenciam essa transição dos sujeitos do campo para a cidade e, em muitos deles a consideração da identidade se torna um fator de descarte, de descaracterização.

Como tema central desta pesquisa e, não muito diferente do que ocorre nos exemplos citados anteriormente, temos a Gleba Providência III, localizada há aproximadamente 5 km do município de Curvelândia/MT, de qual faz parte, na mesorregião Sudoeste e microrregião de Jauru, fazendo divisa com município de Lambari D'Oeste e, a 285 km da capital Cuiabá.

A Gleba estabelece seus ritos econômicos e sociais mais precisamente com o próprio município de Curvelândia, tendo como base de sua produção a pecuária, tanto de corte como leiteira, diferente de outrora, onde havia também a produção da agricultura que se definiu com o passar dos anos e, com o avanço frenético das atividades monocultoras.

Ao que se trata de áreas destinadas às grandes extensões de lavouras e, progressivamente ao agronegócio, podemos compreender um campo esvaziado através da própria práxis desenvolvida por este sistema de produção. Camacho (2009, p. 173) pondera que “[...] os impactos sociais causados por este modelo de produção agrícola, são notáveis na sociedade brasileira. Tendo em vista que o aumento da concentração fundiária, [...] expulsa os camponeses de suas terras, causando o êxodo rural”.

Por ser um território ocupado por posseiros, a Gleba tem suas características próprias, inclusive pela venda indiscriminada de porções territoriais, o que culminou atualmente com uma desproporcionalidade quanto ao tamanho dos lotes que são encontrados.

Moreno (1990) aponta que ao final da década de 1970, os conflitos sociais pela posse de terras alcançavam quase todo o Estado de Mato Grosso, e que pela falta de ocupação ou legalização, muitas delas foram ocupadas por posseiros e arrendatários. Neste sentido, é enfático analisar que a Gleba Providência III, ainda que tardiamente, também se inseriu neste contexto de posse.

Nestas condições, é possível fazer uma análise nos mínimos detalhes sobre o processo que culminou com o seu esvaziamento, tendo como organização, um desfazimento das práticas agrícolas, sendo substituída progressivamente pela pecuária extensiva, pela venda de lotes a grandes proprietários de terras, pela necessidade de trabalho fora da propriedade e pela ausência de políticas públicas ao longo do seu desenvolvimento.

Assim, pensando a partir desta curta contextualização da comunidade, podemos pensar em algumas problemáticas para a pesquisa. Como primeiro ponto propõe-se a compreensão do processo agrário da Gleba Providência III, visando o processo histórico e geográfico da ocupação deste espaço e, a que medida, propiciou pensar sua consolidação enquanto espaço habitado.

O segundo ponto, partindo do conceito de território, permite observar os indícios dos sujeitos enquanto territorialização da Gleba Providência III, dando ênfase

na questão da identidade que se criou, ou não, como passo no entendimento do processo de esvaziamento deste campo.

E como terceiro e último ponto, analisar a questão do pertencimento ao lugar, evidenciando este esvaziamento e sua possível relação aos laços afetivos que, de sobremaneira não foram criados e, a que medida essa ausência permitiu pensar a continuidade desta Gleba enquanto território.

Enfim, pensar a questão da Gleba Providência III enquanto território constituído com a intenção de produção da agricultura familiar a partir da condição de posse e, posteriormente enxergar seu esvaziamento/ocupação por outras atividades, é dar plenas condições para se tentar compreender o que levou a decadência deste enquanto território, e a partir da premissa da falta de identidade dos que por aqui chegaram.

1.1 objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

- ✓ Analisar o processo de esvaziamento da Gleba Providência III no município de Curvelândia/MT e suas implicações para o desenvolvimento territorial, econômico e social, com ênfase na questão de territorialidade, de identidade, de pertencimento e de lugar.

1.1.2 Objetivos Específicos

- ✓ Identificar o contexto histórico e geográfico da Gleba Providência III de modo objetivo e subjetivo;
- ✓ Compreender o processo de territorialização da Gleba e suas nuances;
- ✓ Verificar a percepção da identidade e pertencimento dos sujeitos que residem/residiram na Gleba;
- ✓ Apontar a motivação do esvaziamento da Gleba, principalmente entre os jovens, implicando legitimamente no desenvolvimento econômico, social, territorial e de lugar.

1.2 justificativa

Justifica-se a escolha e motivação para essa pesquisa, como reflexo de vivência da pesquisadora na Gleba Providência III durante quase todo o interstício de vida. Outrora, entra como fator preponderante o cenário contemporâneo da comunidade e, de seu esvaziamento.

Elucidar as particularidades presentes no contexto social, econômico e territorial da comunidade, permitirá questionar alguns fatores que são primordiais para a captação de informações que darão base para a pesquisa que foi proposta.

Desta forma, sugere-se uma grande importância em evidenciar estes pontos, pois permitirá um reflexo aprofundado da territorialização e da identidade dos sujeitos quanto ao lugar de morada e de vida. Para tal, faz-se importante o conhecimento empírico, participante e construtivo.

Frisa-se também a possibilidade de desconstrução de paradigmas impostos pelo avanço do capital na região, propondo novos olhares para viabilidade econômica, territorial e social da Gleba Providência III e a oportunidade de viabilidade de alternativas de resistência.

Essa temática é de extrema relevância para se entender o campo mato-grossense e, em especial, reflete numa probabilidade de retorno dos resultados conclusivos para a comunidade, de maneira que permita uma análise pormenorizada desta e, contribua no entendimento da importância deste território para a formação social, de identidade, dos valores humanísticos, de produção, de trabalho e de renda.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Propor pensar o campo e os sujeitos que dele vivem/existem é possibilitar a compreensão da questão agrária que se fez e faz presente como modelo no Brasil, olhando de maneira especial para o caso do Estado de Mato Grosso e, conseqüentemente, do processo de luta pela terra.

Ao partir desta análise, inclina-se para a transformação do espaço pela ação do homem que o territorializa e dá sentido como lugar. Evidente esclarecer que a

categoria espaço é a base da Geografia e, que o processo de espacialização da terra nos remete a Grécia Clássica, onde:

Na concepção de Kant, importante filósofo do século XVIII, o espaço é uma representação necessária a priori, que serve de fundamento a todas as percepções exteriores. O espaço é considerado como a condição de ocorrência dos fenômenos. Assim, todas as relações somente podem ocorrer no espaço e a partir do espaço (COSTA e ROCHA, 2010, p. 41).

O espaço é resultado da ação do homem sobre o próprio espaço que é produzido e transformado através da técnica, de produção. Sendo assim, o homem interfere nos objetos naturais e, sofre interferência do mesmo, moldando de acordo com suas necessidades. No decorrer do tempo com o avanço da tecnologia surge novas necessidades e conseqüentemente novas técnicas de produção e organização espacial (SANTOS, 1986).

Santos (1994) propõem pensar o espaço como algo que não se dissocia sistemas de objetos (considerados cada vez mais artificiais) e os sistemas de ações (estranhos ao lugar), sendo sua remodelação baseada, sobretudo, à margem da consciência e vontade dos que a praticam.

O espaço é a natureza transformada e socializada, ou seja, uma segunda natureza historicizada. A transformação da primeira natureza – natureza natural, para a segunda natureza – natureza socializada, ocorre pelo uso das técnicas e ferramentas desenvolvidas pelos homens. Desta forma, os humanos transformam a natureza e produzem espaço. Assim através de suas atividades o homem deixa suas marcas no espaço geográfico (SANTOS, 2006).

Importante explanar sobre está transformação do espaço, pois solidifica o enlace presente nas relações sociais que culminam com as necessidades dos grupos de se organizarem e reorganizarem no contínuo espaço/tempo, marcando as peculiaridades pertencentes a cada um destes.

O longo processo de organização e reorganização da sociedade deu-se concomitantemente à transformação da natureza primitiva em campos, cidades, estradas de ferro, minas, voçorocas, parques nacionais, *shopping centers*, etc. Estas obras do homem são as suas marcas apresentando um determinado padrão de localização que é próprio a cada sociedade. Organizadas espacialmente, constituem o espaço do homem, a organização espacial da sociedade ou, simplesmente, o espaço geográfico (CORRÊA, 2000, p. 28).

Compreender o processo de ocupação de determinado espaço, nos possibilita entender o processo histórico de identidade e pertencimento dos sujeitos com base na conquista do território.

A posteriori, o espaço é extremamente importante na própria construção individual e social daqueles que farão a ação e transformação. O homem se permite nascer através do espaço e, a partir dele, buscar as ferramentas necessárias para o início do convívio.

Nesta direção, estabelecer diretrizes para melhor compreensão do espaço geográfico e de sua ocupação/desocupação enquanto ação/transformação do homem permite uma reflexão sobre suas implicações nos processos de desenvolvimento do território, da economia, da vida social, sendo enfatizadas as concepções de territorialidade, identidade, do pertencimento e a do próprio lugar.

Desta forma, pontuando as questões que inerem a categoria geográfica de espaço e, em tese, de sua importância como conceito base para um melhor aprofundamento das demais categorias, partimos para uma análise *sui generis* das categorias território e lugar com premissa de refletir sobre os sujeitos do campo.

Raffestin (1993) analisa que o território se forma a partir do espaço, sendo necessariamente resultado de uma ação realizada pelo homem em qualquer possibilidade através de uma apropriação, seja ela de maneira concreta ou abstrata do espaço, o territorializando.

Compreender o território a partir da ótica dos sujeitos do campo se torna singular à medida que passamos a considerar todo o processo de territorialização destes, marcados por características específicas e, por disputas unilaterais com a lógica mercadológica.

O cenário presente nestas disputas territoriais tem em seu cerne, a prática de confrontos e disputas pela terra. Importante considerar que a própria concepção de formação do camponês perpassa, sobretudo, pela organização e por sua resistência frente às adversidades.

Os múltiplos processos da criação de territórios, o que inclui o campo e suas características, são complexos e longos, permitindo ao longo do tempo, que sejam presenciadas determinadas mudanças, a depender de forças históricas que exercem a pressão sobre determinados povos e grupos sociais (LITTLE, 2002).

Ao fazer uma análise sobre a percepção destas mudanças, caracterizamos que a compreensão da categoria território para interpretar os sujeitos do campo se torna essencial na constituição da base histórica, social e cultural de determinadas comunidades.

Neste limiar, essa proposição não se faz diferente do observado na Gleba Providência III. Distinguir as peculiaridades existentes no *lócus* da pesquisa se torna inerente à construção de um entendimento da territorialização deste espaço e, dos grupos históricos que foram dominantes na sua edificação.

Neste emaranhado de apropriação territorial, a terra torna-se apoteose dos resultados das lutas e dos conflitos agrários. Nesta perspectiva, a expansão do agronegócio é uma ameaça real a outras formas de agricultura, principalmente a camponesa, seja ela mobilizada ou não por movimentos sociais (JESUS, et al, 2013).

Camacho (2009) pondera que o beneficiamento ao agronegócio foi uma constante no cenário brasileiro ao longo do tempo por parte do Estado e, que essa priorização revela uma preocupação em se produzir para exportação, em consequência, temos menos produção de cultivares para a mesa da população.

É evidente a constatação que essa vantagem ao agronegócio revela uma ausência de território ao campesinato. Desta prática, levantes e organizações são importantes para configurar um cenário de resistência no campo e, sistemicamente, propor uma identidade maior do camponês com seu lugar de morada.

“O território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação. O sentimento é a sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois esta pode ser variável” (Medeiros, 2009, p. 217). O território inicia-se num processo de construção, mesmo que utópico.

Nesta inquietação e, na busca da importância do território aos sujeitos do campo, é importante considerar que a categoria lugar também se faz presente na concepção de construção do território.

Pensando a partir da perspectiva de Lugar, Staniski et al (2014) relata que o lugar através de suas particularidades enfatiza a subjetividade humana, pensando as espacialidades com a estreita relação de laços afetivos com que se desenvolvem ao longo de nossas vidas e em convivência com o lugar propriamente dito e as pessoas que se fazem parte deste contexto.

A priori, interpelar por uma identidade com a terra por estes sujeitos do campo e com os preceitos do modo de vida camponês, sugere o estabelecimento

amplamente efetivo com o lugar de morada. A posteriori, inclinar-se para a subjetivação de resistência, é impor ao modelo do capital uma contradição e antagonismo.

Carlos (2007) propõe uma análise da reprodução da vida a partir de um tripé, baseado no habitante, na identidade e no lugar. Ainda para autora, aponta uma busca para considerar o corpo como destaque na compreensão de habitar o espaço, observando devidamente os modos de uso, a corporeidade.

Neste aspecto, o corpo em movimento, a intersecção de identidade e pertencimento, revela a urgente necessidade de se interpretar a importância desta categoria geográfica para o fortalecimento dos sujeitos do campo e, a revelia, das peculiaridades do seu modo de viver.

Condicionar a existência do homem e da mulher do campo perpassa por um pertencimento ao lugar, moldado e caracterizado, principalmente, por uma questão de territorialização da terra, da contradição, do enfrentamento, da resistência, da resiliência, da solidariedade e de relações socioeconômicas.

Buscar nos fatores mencionados anteriormente, elementos fundantes que condizem com a reprodução do modo de vida camponês, sugere, mais do que nunca, a imposição do conhecimento da conflitualidade que está presente no contexto rural e, que dentro desta perspectiva há muitas representações e representados.

Entretanto, partindo do pressuposto trabalhado até o momento, é legítimo justificar que os sujeitos do campo, observando o território e o lugar como imponentes no processo de espacialização, são constructos de sua transformação, compreendendo a apropriação dos meios, de identidade e do pertencimento.

Desta forma, na próxima subseção, há a proposição de se apresentar os distintos olhares e perspectivas para estas duas categorias trazidas para análise, território e lugar. Convém propor que ambas são importantes para a reflexão proposta para a investigação e, que a partir delas, dos múltiplos olhares, podemos traçar questões norteadoras para o desenvolvimento da conjuntura da pesquisa.

2.1 Diferentes olhares e perspectivas sobre Território e Lugar

Entender a Geografia como ciência que estuda os diferentes aspectos da sociedade, relacionando em suas categorias, com elementos de compreensão do homem e de suas ações na transformação e construção do espaço proporcionam abordagens distintas sobre a concepção deste.

A ênfase destas multiplicidades, com olhares e perspectivas, oportuniza a proposição de diferentes conceituações, em especial, neste estudo sobre a categoria território e lugar. Abordando a partir de uma lógica de se entender o campesinato e propositalmente de suas contraditoriedades em relação ao capital.

Desta forma, partiremos de uma compreensão inicial da diversidade de olhares e perspectivas sobre a categoria do território. A posteriori, sobre a categoria de lugar e suas especificidades. Logo, a proposição de se compreender a complementação de uma para outra de maneira recíproca. Assim, temos que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida [...] (SANTOS, 1999, p. 8).

Partindo desta análise de Milton Santos sobre a conceituação do território, é importante notar que a percepção está desdobrada como algo extremamente importante e característico das necessidades de uma vida em sociedade. O território se incorpora quanto a uma lógica de ser o próprio modo de vida, com suas características singulares e abstratas.

Saquet (2007) faz uma reflexão sobre a questão de interfaces e de interligações que existem através do território, propondo que a questão econômica, política e cultural e sua apropriação é de natureza exterior ao sujeito, sendo essa mesma natureza responsável pela articulação e unidade deste território.

Estabelecendo conexões com ambos os conceitos e teóricos, conota-se que o questionamento sobre o território é pertinente à medida que traz elementos de compreensão, seja dos fatores internos ou externos. Ou seja, postula-se tanto no

homem e mulher social como nas suas ferramentas que transformam a primeira natureza.

Para Haesbaert e Limonad (2007, p. 42) “É possível partir de uma constatação aparentemente banal: sem dúvida o homem nasce com o território, e vice-versa, o território nasce com a civilização [...]”. Para os autores, é possível dialogar no sentido de que os sujeitos percebam a sua inserção no espaço, pensando na subjetividade e, ao contemplar a apropriação deste, inicia-se o processo de construção, que é a parte objetiva. No fim, há um estabelecimento de que essa continuidade dele (sujeito) neste espaço acarreta uma construção dele próprio por este território.

Esta constatação trazida por Haesbaert e Limonad (2007) sinaliza no sentido de que o território perpassa por uma conjunção com os sujeitos que lhes apropria. É exequível o sentido de que, cedo ou tarde, haverá um revés na proposição de reconstrução deste território, todavia, por interferência direta do grande capital e suas formas de dominação. Neste sentido, é importante analisar que:

O território consiste, é claro, de componentes materiais ordenados no espaço geográfico de acordo com certas leis da natureza. Entretanto, seria ilusório considerar o território como uma dádiva divina e como um fenômeno puramente físico. Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político. Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos. Na teoria política, o território parece ter sido um termo utilizado nas línguas europeias desde o século XIV para definir primeiramente a jurisdição ou até mesmo a órbita econômica de unidades governamentais, tais como cidades livres, feudos ou reinos. O papel do conceito de território alterou-se ao longo dos séculos. De certa forma, pode-se afirmar que o conceito existiu desde muito antes do século XIV e adquiriu mais significado desde então. No tempo em que vivemos, esse conceito está passando por uma modificação substancial que deve expressar alterações mais profundas que vêm ocorrendo nas questões da política [...] (GOTTMANN, 2012, P. 523; 524).

Esse aspecto político do território fica claro na retórica do bem comum, ou seja, nas razões específicas que determinados grupos tem, isso inclui os sujeitos do campo, em se organizarem na manutenção da territorialidade, visando, sobretudo, a segurança de uma transformação sem que haja perdas.

Na prática, se formos comparar uma ação política na questão da apropriação do território e, trazer essa discussão para o campo, certamente os apontamentos que seriam realizados é na direção de uma ampla defesa do capital, nomeado de agronegócio, por parte do Estado. Assim, em eventual contradição surgiria uma segunda ação política coordenada pelos movimentos sociais para legitimar o campesinato como organização de resistência e de luta pela terra.

Eduardo (2006) instiga o debate acerca da importância das relações sociais que envolvem as questões territoriais, desta “conflitualidade geografizada”. Para o autor, é importante a compreensão das redefinições do território pelos atores sociais, a partir dos seus cotidianos e de suas vivências, “[...] “num campo de forças” relacionalmente emaranhado por poderes nas mais variadas intensidades e ritmos” (p. 179).

Direcionando neste pensamento, faz-se analisar que o homem e a mulher, no caso específico falando dos sujeitos do campo, na intrínseca afinidade com os movimentos sociais de luta pela terra e, nas relações com seus pares, ponderam criar laços expressivos em defesa de seus territórios, pois compete forças com outras organizações, com outros poderes. Neste sentido,

As "imagens" territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de, poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que "produzem" o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem "territórios". Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nos combinamos energia e informação que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos diversas relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 9).

A abordagem descrita por Raffestin implica, sobretudo, na conflitualidade presente na formação dos territórios como um todo. Se cada sujeito tem no seu cerne o ato desta construção, parte-se do pressuposto que praticamos essa

correlação de força cotidianamente, em menor ou maior grau, a depender do objetivo que está sendo empregado.

Ao fazer essa medição para um coletivo, é possível refletir sobre o julgo que corresponde o emprego e combinação da energia, distanciando-se do individual, buscando-se o coletivo, no intuito de reforçar e resistir ao que foi objetivado pelos sujeitos que se coletivizaram.

Haesbaert (2004) propõe o agrupamento do conceito de território em três dimensões, que a meu ver, são distintas e ao mesmo tempo complementares. O autor aborda uma primeira dimensão refletida na questão política, que se insere o pensamento de Raffestin trazido nos parágrafos anterior, cujas relações se envolvem no espaço e poder; a segunda dimensão caracterizada por uma questão cultural, de cunho mais subjetivo, de símbolos; e por ultimo, a questão econômica, visualizada, sobretudo, por uma questão de mercado, como fonte de recurso.

Diante do exposto sobre o conceito de território, é importante fazer uma leitura sobre o contexto da Gleba Providência III e sua relação com a categoria presente. Importante analisar e fazer uma reflexão no sentido de mitigar a questão fundiária e da conquista da terra.

É concisa a abstração de que ponderando essa multiplicidade de olhares e perspectivas para o território, surja em meio a tantas, algumas percepções que foram e são encontradas no lugar, na comunidade. Fatídico se faz a compreensão de que determinados poderes interferiram, direta e indiretamente na comunidade, ao longo do tempo, que foram decisivos para o rumo que esta seguiu.

Mas, antes de propor qualquer discussão que submerja a perspectiva da categoria lugar e, de sua projeção para o entendimento de uma lógica de pertencimento e identidade, é imprescindível uma possibilidade de se adentrar aos múltiplos olhares também desta categoria. Partindo de uma análise pautada:

[...] Na Geografia particularmente, a expressão *lugar* constitui-se em um dos seus conceitos-chave. Apesar das amplas reflexões já realizadas a cerca do seu significado, é possível afirmar que este é o conceito menos desenvolvido neste campo do saber. Porém é possível identificar duas acepções principais, sendo estas consideradas em dois de seus eixos epistemológicos: o da Geografia Humanística e o da Dialética Marxista. Embora ambas as correntes possuam fundamentações filosóficas diferenciadas, têm em comum o fato de terem surgido como reações ao positivismo [...] (LEITE, 1998, p. 9).

Cabe interpretar que essa ruptura da epistemologia positivista, veio reforçar a necessidade do reconhecimento dos valores humanos, mais empíricos. Ao mesmo tempo, moldando-se com base na conexão da criticidade representada pela Geografia Radical, propositando um olhar mais atento para as questões sociais. Leite (1998) ainda pondera que o conceito de lugar parte de uma construção subjetiva e corriqueira, que ao menor sinal de ameaça, aflora a consciência do verdadeiro valor.

Analisando a partir dos pensamentos de Carlos (2007), há uma avaliação que a identidade do lugar se torne cada vez mais globalizada, isso no sentido de que essa produção de uma história coletivizada que ultrapassa o objeto concreto, transforme de maneira forte as relações subjetivas entre os sujeitos, influenciando no relativismo desta localização.

Ferreira (2000) busca identificar que o conceito de lugar, ora considerado problemático dentro das categorias geográficas, se torna cada vez mais importante para uma análise de um mundo cada vez mais acelerado e com tendências de mudanças repentinas. Esta abordagem sugere que o lugar se estabeleça como um ponto de inflexão em mudanças paradigmáticas que sinalizam sua relevância para a compreensão numa intersecção de várias facetas, seja fenomenológica, marxista, homogênea ou singular.

Com esta abordagem faz-se uma analogia na própria concepção dos sujeitos com seu pertencimento ao lugar, dando-lhes relevância sobre o sentimento e reciprocidade, intervendo no processo de construção que busca a empiria na condição de estabelecimento das relações mútuas que são identificadas neste processo. "[...] O lugar se refere de forma indissociável ao vivido, ao plano do imediato. E é o que pode ser apropriado pelo corpo [...]" (CARLOS, 2007, P. 19).

Ao propor entender sobre a categoria geográfica lugar, devemos necessariamente instigar a busca pela sua multiplicidade de olhares, para haver a compreensão de o que queremos e onde podemos chegar, tendo como referência as relações sociais que envolvem este processo.

A análise parte de termos entendimento que a manifestação do lugar possa ocorrer sistemicamente em várias vertentes, pelo qual faremos com olhar mais atento a uma postura fenomenológica, partindo de uma percepção, de símbolos e significados; e a partir de uma abordagem crítica, fixada no materialismo histórico dialético, que considerada de fato o lugar como uma construção social. Importante

salientar que ambas as posições surgem na contradição proposta pelo positivismo. Neste sentido, olhando primeiramente para Geografia Humanística, propondo que,

Quando se utiliza o conceito de lugar, na maioria das vezes, se remete à Geografia Humanística, ou seja, associa-se o lugar apenas ao espaço vivido. Mas essa correlação não é por acaso, pois essa corrente encontrou no lugar a possibilidade de explicar a construção do mundo, já que o lugar é visto como o mundo da vida, marcado pela experiência e percepção (MOREIRA e HESPANHOL, 2007, p. 50).

Moreira Neto (2016) observa que o lugar enquanto conceito vai ao encontro, na maioria das vezes, de uma Geografia humanista. Essa associação revela uma preocupação com a realidade, do homem com seu meio, da percepção, da apropriação, seja através de construções, habitações e reproduções.

[...] Se lugar é uma segurança e a sociedade contemporânea tem vivido em meio a diversos riscos, cabe também, a nós geógrafos, entendermos como está a relação das pessoas com os seus lugares identificando, caracterizando e mitigando suas vulnerabilidades (MOREIRA NETO, 2016, p. 313).

Trabalhando nas indagações de Edward Relph presente em Moreira e Hespanhol (2007), entende-se que a fenomenologia enfatiza o mundo e seus significados, primando pelas questões culturais e intencionais da sociedade como necessária na consideração da subjetividade que está além do objeto posto para análise.

Carlos (2007) ruma no sentido de que não devemos considerar o desprendimento do mundo no geral com as particularidades causais da vivência. A autora entorna ao remeter que o lugar se apresenta como ponto de intersecção nas mudanças que se evidencia na lógica da globalização e, que a partir delas, compreendemos melhor o lugar enquanto aspecto de viver e de habitar. Talvez seja esse ponto de alçada do lugar para uma construção social.

Desta forma, também se faz importante uma leitura sobre o lugar a partir de uma ótica do materialismo histórico dialético. Fazendo uma retomada em Carlos (2007, p. 17) ponderando que “O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar”. A afirmação contempla a dimensão da importância do lugar como participante na construção da sociedade.

A compreensão do lugar no movimento das contradições exige entendê-lo pautado nos seus pares dialéticos: o interno e o externo; o novo e o velho; o local e o global. O interno abarca as variáveis que estão presentes no lugar, “aquilo que aparece como local”, e o externo constitui-se o que está fora do lugar e se apresenta como uma escala de ação maior. Contudo, os lugares têm variáveis internas e externas, sendo que o externo ao se inserir no lugar se internaliza (MOREIRA e HESPANHOL, 2007, p. 52-53).

Considerável a proposição da identificação destes fatores internos e externos, propõe no limiar do estudo desta categoria geográfica, uma concepção de presença nas relações que são postas e evidentes, que causam efeitos, que ganham notoriedade. Todas as relações estabelecidas no lugar e a partir dele são, em tese, a transformação causal emergida pelo sujeito.

A dimensão desta transformação impera também nas múltiplas formas de relação, embasada, sobretudo, na prática do cotidiano. Deste fundamento, realça-se de uma maneira abrangente, em meio as multiplicidades e especificidades, que os lugares podem ser considerados mundializados (MOREIRA e HESPANHOL, 2007).

Para Carlos (2007) o lugar na contemporaneidade já não se faz apenas baseado em ser um ponto de localização, isso denota superficialidade. O lugar desponta como uma identidade, evidenciada, entre o processo histórico do local e do sujeito e, em suma, pelas relações de ameaças determinadas por aspectos de mundo e de globalização.

Trazida à luz, algumas pontuações de discernimento do conceito de lugar para a clareza da temática e, podendo estabelecer uma conexão com o objeto investigativo proposto, é necessária uma averiguação, um olhar para a Gleba Providência III.

Partindo do pressuposto da conceituação do lugar e, propor pensar a relação da tríade habitante, identidade e lugar, pode-se enxergar algumas nuances relativa a um mundo cada vez mais globalizado. Isso incide de uma maneira direta na apropriação dos sujeitos para o lugar, com uma premissa de quebrar o tripé mencionado, configurando-se uma debandada, no cerne da construção e busca de definição de uma fonte identitária, adentra-se no confronto de forças e no sistema de redes impostas pelo avanço tecnológico.

Embora os lugares tenham sua característica individualizada no espaço, não quer dizer que estejam isolados uns dos outros. Os lugares mantêm um sistema de redes entre si, mecanismos estes estabelecidos pela própria atuação das forças geradas pelo sistema de capital, afinal, cada lugar estabelece relações com os outros a partir da função determinada por este sistema econômico (STANISKI et al, 2014, p. 8-9).

Propondo este debate de relações de força pelo capital inerente seja a território e ao lugar, nas próximas seções serão melhores evidenciados e abordados num contexto de constituição dos sujeitos do campo.

Desta forma, já na próxima seção, dando continuidade de maneira linear a teorização e, propondo uma conexão dessas temáticas, iniciar-se-á o processo de construção do modo de vida no campo a partir de uma lógica dos conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, no sentido de compreender a influência destes e também do lugar como margem para a identidade, o pertencimento, trabalho e vida no campo.

2.2 Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização como processos na construção do modo de vida Camponês

As relações estabelecidas no campo, em especial ao campesinato, procuram legitimar de maneira lúcida, a construção do modo de vida camponês. Esta observação coincide com a proposta de estruturação do território como força impulsionadora na queda de braço com as formas de apropriação da terra no meio rural.

Entender essas complexidades no campesinato é se lançar ao propósito de questionar a realidade vivenciada pelas comunidades, glebas e assentamentos, no intuito de legitimar a resistência por parte destes e, da conflitualidade existentes contra o capital em suas mais diversas ramificações.

Ao partir para uma perspectiva de se entender o território em si, fazemos uma correlação entre uma série de fatores, desde o objetivo e subjetivo, na ótica política, cultural, econômico e social. Trabalhar no sentido de que:

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente

físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política (GOTTMANN, 2012, p. 523).

Numa analogia ao pensamento trazido pelo autor ora citado, interpelar para o território, enquanto transitório e complementar, entre a política e o espaço, remete a uma compreensão de que os sujeitos do campo se fazem presente na centralidade desta discussão.

Nesta averiguação, define-se a partir da conflitualidade e dos sujeitos do campo, evidências de luta pela terra, cada vez mais comum. A proporção é ainda mais notória, por entrelaçar que mesmo não tendo o Estado na sua ampla defesa, o camponês utiliza as mais diversificadas alternativas para sua manutenção e permanência neste campo.

Diante disso, é conveniente uma abordagem dos conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, no sentido de entender como acontece esse processo de apropriação de terra no campo, obviamente, compreendendo a partir de uma leitura campesina.

Como exemplo desse processo geográfico de T-D-R, podemos citar o caso dos imigrantes italianos reterritorializados nas antigas áreas florestais do Rio Grande do Sul no final do século XIX. Em um primeiro momento, esses camponeses europeus foram desterritorializados em função do avanço da Revolução Industrial e, num segundo momento, reterritorializados no Sul do Brasil. Em decorrência do movimento da sociedade, seus descendentes foram desterritorializados com o advento da modernização da agricultura, e o processo de reterritorialização ocorreu, por exemplo, na medida em que ingressaram e se organizaram em movimentos sociais no final da década de 1970 (CHELOTTI, 2013, p. 5).

Toda essa relação deixa evidente a possível contradição que existe no processo de luta pela terra. Ao mesmo, a compreensão destes, soma-se a uma possibilidade maior da organização por parte dos camponeses.

Em Haesbaert e Limonad (2007) é possível o diálogo no sentido de ponderar os efeitos do mundo contemporâneo, seja através da globalização ou ao seu contraditório, a fragmentação. Trazer essa discussão para a construção do modo de vida camponês também induz a uma análise pormenorizada de uma teia de relações, que envolvem precisamente o trabalho, a produção, a vida, as políticas públicas de permanência e manutenção, as memórias, os saberes e a própria identidade. De uma maneira surpreendente, presenciamos uma era de “fascismo territorial”, onde:

Nós que vivemos numa sociedade da informação nos esquecemos de que 62% da população mundial, segundo a ONU, nunca fez uma chamada telefônica. Portanto, eu queria registrar e chamar atenção para o fato de que esses fascismos sociais são também territoriais. E, portanto, têm uma dimensão territorial nas cidades e também fora delas. Podem ocorrer no campo. Penso que o MST, de alguma maneira, tem sido uma boa denúncia dos fascismos territoriais no campo, até recentemente invisíveis. Então, essa sociedade civil é indiferente ou invisível. Eles não existem, não se conhecem, não têm peso político, não têm voz (SANTOS, 2001, p. 7).

É inevitável não questionar e trazer para o debate todas essas ausências desses sujeitos invisibilizados pela lógica do capital. A fala de Boaventura de Souza Santos vai ao encontro da necessidade da organização dos sujeitos passivos. Oportunizar e exigir a luta às contradições é necessário e urgente, principalmente, nas questões que envolvem o campo.

Pereira e Alentejano (2014) reiteram os efeitos produzidos a partir da invisibilização destes sujeitos do campo. Os autores destacam uma série de efeitos sobre a concentração da terra pelos latifundiários, para a personificação da monocultura, entre eles, a aceleração da expropriação do camponês, a exploração da mão de obra e uma pior qualidade de vida no campo.

São fatores que contribuem diretamente para a desterritorialização camponesa. Ainda podemos enfatizar que existem muitos outros fatores que levam de fato a expulsão desses camponeses. Há de citar como exemplo, a pressão exercida por parte dos grandes produtores com o cerceamento com veneno, pela mineração com o acúmulo e oferecimento de valores desproporcionais que não são cumpridos e ainda pela inserção das cadeias de hidrelétricas ou hidroagronegócio que alagam grandes porções territoriais.

Pensar a desterritorialização a partir destes elementos da contradição capitalista é abrir precedentes para que haja uma nova reterritorialização, aos

moldes de uma organização massiva, competindo e resistindo aos fatores externos que alicerçam a proposição deste ciclo. Nesta direção, é importante a compreensão que:

A desterritorialização absoluta refere-se ao pensamento, à criação. Para Deleuze e Guattari o pensamento se faz no processo de desterritorialização. Pensar é desterritorializar. Isto quer dizer que o pensamento só é possível na criação e para se criar algo novo, é necessário romper com o território existente, criando outro. Dessa forma, da mesma maneira que os agenciamentos funcionavam como elementos constitutivos do território, eles também vão operar uma desterritorialização. Novos agenciamentos são necessários. Novos encontros, novas funções, novos arranjos. No entanto, a desterritorialização do pensamento, tal como a desterritorialização em sentido amplo, é sempre acompanhada por uma reterritorialização: “a desterritorialização absoluta não existe sem reterritorialização”. Essa reterritorialização é a obra criada, é o novo conceito, é a canção pronta, o quadro finalizado (HAESBAERT e BRUCE, 2002, p. 9-10)

Na condição dessa possibilidade de reterritorialização, instaura-se uma continuidade de busca pela terra no sentido camponês de se revelar novos caminhos, lutas e conquistas. Porém, seguindo nessa lógica utilizada pelos autores citados anteriormente, é importante analisar que esta reterritorialização se evidencia após uma desterritorialização.

É um jogo de contradição, o efeito globalizante corrobora por esta disputa no cerne da questão territorial. Não está em vicissitude apenas a terra, mas, valores humanos, o sistema de produção, as relações sociais e afetivas, o modo de vida do campesinato.

Essas questões escancaram por muito, provas de que o capitalismo parte de um princípio que sua sustentação é a desigualdade social. Essas diferenças de classes são abruptas e percebidas no cotidiano, nas ações, nos favorecimentos pelo Estado. Essa situação desencadeia ações que remetem a drásticas consequências, seja na cidade, seja no campo.

Como o foco é o contexto rural, as consequências geradas neste campo são importantes para a compreensão dos processos de desterritorialização e reterritorialização. Como reflexão, elencamos mais alguns elementos que norteiam esse processo: o avanço frenético da monocultura e da pecuária extensiva, a falta de coletividade da comunidade, a desproporcionalidade do tamanho dos lotes, a

insuficiência das políticas públicas dentre muitos outros eventos. Desta forma, percebemos a importância do território e das inúmeras relações de poderes que se manifestam nele.

É, portanto o conjunto das atividades humanas que determina a fisionomia específica de cada território e o seu lugar no grande jogo da globalização. Múltiplas configurações de poderes, *in loco* ou do outro lado do planeta, e determinam o que poder-se-ia chamar aqui, tomando emprestado ao vocabulário do marketing, seu “posicionamento” na competição generalizada que decorre da abertura das fronteiras. Alguns procuram valorizar as vantagens comparativas do território, desenvolver produções pelas quais são bem dotados em recursos naturais [...] agregar valor a ele. Outros se comportam em predadores e procuram apenas explorar com o mínimo de investimento os recursos deste lugar para vendê-lo nos mercados, próximos ou remotos, capazes de pagar o melhor preço, e vêem nos habitantes do lugar apenas a mão de obra necessária, a contratar no mínimo custo possível. Alguns têm mesmo a preocupação de proteger o território, tomando cuidado para assegurar-se que os efeitos induzidos pelas atividades econômicas não criem desequilíbrios espaciais muito fortes, por que se prolonguem no tempo, de preocupar-se da solidariedade horizontal (entre as diferentes partes do território) e a solidariedade vertical (entre as gerações) (THÉRY, 2008, p. 90).

Entretanto, por mais coeso que seja um território fortalecido por seus sujeitos, ainda assim, não deixam de existir ameaças. Essa percepção de desterritorialização e reterritorialização possivelmente nunca deixará de existir.

Ao analisarmos a essência do território e do campesinato, entendemos que a desterritorialização e a reterritorialização fundamenta-se em dimensões remetidas a simbologia, no processo de destruição de marcos histórico e a questão da identidade, como em fatores concretos no campo político e econômico (HAESBAERT, 2003).

Percebe-se que a desterritorialização/reterritorialização vai muito além de uma conceituação em si. Quando trazemos a discussão para o campo, observamos que existe uma porção de coisas que são provenientes da ocupação da terra e, a perda de um território remete-se a perda de uma própria identidade.

É importante compreender que existem alguns elementos que provêm de uma discussão de haver a desterritorialização em certas situações, a exemplo, de camponeses que comercializam seus lotes para uma possível mudança para outras localidades ou mesmo para a cidade.

São questões pontuais, que devem ser analisadas de uma maneira bem específica. A saber, é de suma importância enfatizar, se existe dentro de um contexto territorial a apropriação do lugar como fonte da identidade e de pertencimento.

Partindo para uma observação da Gleba Providência III, podemos instigar que há evidências de um processo de desterritorialização/reterritorialização neste território. De maneira paulatina, podemos destacar alguns dados que são fornecidos a partir da experiência empírica. São fatores considerados elementos chaves no diagnóstico das prerrogativas lançadas por esta pesquisa e, todos vão ao encontro da falta de políticas públicas e da apropriação do agronegócio.

É a partir deste dilema e de algumas pistas, que teremos uma melhor compreensão da realidade territorial do povo camponês e, a que medida, isto influencia diretamente para a resistência/permanência no campo e na luta contra o capital predador.

Desta forma, na próxima seção, se propõe uma discussão embasada na categoria lugar que subsidiará o diálogo com base no trabalho e no modo de vida da população camponesa, registrando o grau de pertencimento de cada sujeito e o significado para a comunidade.

2.3 O lugar como fonte de Identidade, Pertencimento, Trabalho e Vida no Campo

Compreender o lugar como fundamento da concepção de vida é algo natural nas relações sociais da sociedade. Pensar esse mesmo lugar baseando-se em uma identidade, seja ela coletiva e/ou individual, é propor o estabelecimento de laços afetivos e de pertencimento, uma relação recíproca do homem com seu habitat.

O lugar é onde estão as referências pessoais e o sistema de valores que direcionam as diferentes formas de perceber e constituir a paisagem e o espaço geográfico. Trata-se na realidade de espacialidades carregadas de laços afetivos com os quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas na convivência com o lugar e com os outros. O conceito de lugar assume um caráter subjetivo, uma vez que cada indivíduo já traz uma experiência direta com seu espaço, com o seu lugar, houve um profundo envolvimento com o local para adquirir tal pertencimento (STANISKI et al, 2014, p. 6).

Entender o lugar é, antes de tudo, conhecer as pessoas que nele habitam. Esses sujeitos carregam consigo toda uma experiência adquirida no transcorrer do tempo e, da territorialização destes espaços.

Ao pensarmos no lugar enquanto proposição de pertencimento, abrimos pauta para a discussão em torno do modo de vida no campo e das características do trabalho para a consolidação deste. Estes fatores contribuem de maneira significativa para a construção dos camponeses e da organização do processo de resistir às especulações que costumeiramente recebem.

No entanto, em uma arguição esmiuçada, é possível vislumbrar que está claro uma ameaça capitalista no campo. A condição do acúmulo do capital se apresenta em perfeita sintonia com uma precarização do trabalho, afeta as cadeias curtas de comercialização e de autoconsumo e, com a vida em comunidade de maneira autônoma (THOMAZ JUNIOR, 2008).

Porém, permite a observação que, por mais que o advento do capitalismo arraigue as condições dos camponeses, há uma propositiva de uma contradição gerada pelo próprio capital. A tese de que existirá somente capitalistas e operários não só não se confirmou como abriu precedente para o antagonismo do campesinato e de suas formas de resistência (THOMAS JUNIOR, 2008).

Dentro desta perspectiva, surgem o trabalho e a vida no campo como prerrogativas de emoldramento da força do camponês e, da sua expectativa de lugar e de pertencer como alternativa ao modelo capital transvestido de agronegócio. Dentro destas possibilidades, aparelham-se a coletividade e organicidade como essências na construção pragmática da defesa do lugar.

Duarte (2008), propondo uma visão a partir de Paul Claval, demonstra que, as relações de discurso, da prática e de poder, estão entrelaçadas como uma ação plural e sistêmica na identificação de vários grupos sociais e, pondera, que estas relações de poder facilitam uma territorialização de identidades semelhantes.

Possibilita uma estratificação social com base num julgo semelhante de interesses e ideais (DUARTE, 2008). Olhando por uma ótica de enfrentamento, os camponeses tendem a utilizar suas alternativas, talvez as únicas, como modo de permanecer na terra, mesmo diante de todas as adversidades que são aparentes e muitas outras não tão aparentes assim. Essa construção do lugar perpassa, sobretudo, com o estigma que “a espacialidade não se define em si, independente

de um conteúdo real, o espaço é um produto do trabalho humano, logo, histórico e social, e por isso mesmo, é uma vertente analítica a partir da qual se pode fazer a leitura do conjunto da sociedade” (CARLOS, 2007, p. 24).

A ideia trazida pela autora só reforça a questão da força do trabalho, no sentido de ser essencial para a formação da base do campesinato. Sua questão histórico/social contribui de maneira importante na discussão que se lança sobre o se fazer o lugar e da vivência como resultado.

Ferreira (2000) discorre no sentido de que os lugares possuem suas distinções, objetivadas, sobretudo, pelas respostas dos sujeitos às questões enunciadas pelo ambiente. Diante deste fato, é inerente à comunidade e aos seus sujeitos uma coletivização identitária.

Ao passo da interpretação das análises e ponderações sobre a construção do território com base nesta identidade de pertencimento e, à consolidação do trabalho e de modo de vida, podemos fazer uma conexão com o nosso campo de estudo, a Gleba Providência III.

Diante de todo o cenário contextualizado, é tórrida uma afirmação de desconstrução do lugar, à medida que, percebe-se que a Gleba e seus costumes se conectaram com a rede urbana de uma forma que a sua própria se confundiu. Mas, por mais que seja evidente, se torna necessário um estudo detalhado e manifesto sobre o que ocasionou esse despendimento da coletividade campesina e de toda historicidade da territorialização deste.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Parte-se do propósito de compreender o processo de ocupação de determinado espaço que possibilita entender o processo histórico de identidade e pertencimento dos sujeitos enquanto território propriamente construído.

Pensando a partir dos conceitos, a pesquisa evidenciará por referências bibliográficas em livros, artigos científicos, documentações e de jornais durante todo o período estabelecido para a busca de referencial, e que tenham furtivamente relação direta com objeto deste trabalho.

Costa e Rocha (2010) baseando-se nos ideais de Carl Ritter, apontam para uma impossibilidade de dissociação de se compreender as relações espaciais com as relações temporais, tendo incontestavelmente a História e Geografia como exponencial para se determinar as relações do homem com seu meio.

Deste feito, para uma legitimidade proposta nos objetivos desta pesquisa, propor um entendimento e aprofundamento nos conceitos de território e lugar se tornam essenciais para a continuidade do desenvolvimento e, para a construção dos caminhos do objeto pesquisado.

Santos (1994) propõem pensar o espaço como algo que não se dissocia sistemas de objetos (considerados cada vez mais artificiais) e sistemas de ações (estranhos ao lugar), sendo sua remodelação baseada, sobretudo, à margem da consciência e vontade dos que a praticam.

Raffestin (1993) analisa que o território se forma a partir do espaço, sendo necessariamente resultado de uma ação realizada pelo homem em qualquer possibilidade através de uma apropriação, seja ela de maneira concreta ou abstrata do espaço, o territorializando.

Costa e Rocha (2010) permite pensar o lugar se apropriando das ideias de Cavalcanti, como resultado das relações e ligações de maneira subjetiva que são estabelecidas entre o ser social e devidamente o espaço apropriado e territorializado.

Sumariamente, a coleta de dados na pesquisa campo proporcionará à busca de fontes através dos questionários semiestruturados e roteiros de entrevistas com a população da Gleba Providência III, procurando entender a dinâmica que se estabelece em torno da proposta de pesquisa evidenciada, de maneira objetiva e subjetiva.

Assim, a partir da análise dos dados obtidos na pesquisa campo, da revisão bibliográfica referente aos temas abordados no debate, o mapeamento da dinâmica espacial da Gleba, interligado as atividades econômicas e os atores e fatores responsáveis pelo processo de esvaziamento deste, implicarão na construção do trabalho de uma maneira macro e também pormenorizada.

Para uma construção conceitual, além dos que se remetem aos estabelecidos pela Geografia, a discussão permeará pelo método Materialismo Histórico Dialético, que permitirá ampliar os estudos das contradições postas pelas relações sociais e as questões das classes sociais. No entanto, a Fenomenologia também deverá ser outro método a ser utilizado para direcionar a busca da essência da identidade e de pertencimento ao espaço habitado. A intenção não é promover diálogo entre esses dois métodos, mas buscá-los em momentos distintos do debate do texto onde cada um contribuirá mais para o entendimento dos fatos e fenômenos.

Por fim, as demais etapas, o que se inclui a redação, correção e revisão do texto da dissertação se darão simultaneamente com as etapas da pesquisa em todos os âmbitos, podendo-se propiciar a realização da defesa com objetivo de aprovação para o título de mestra em Geografia, com a proposta de trabalho dentro da Linha de Pesquisa da Dinâmica Espacial.

4 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	ANO 2020					ANO 2021								ANO 2022												
	Ag	Se	Ou	No	De	Ja	Fe	Mr	Ab	Ma	Jn	Jl	Ag	Se	Ou	No	De	Ja	Fe	Mr	Ab	Ma	Jn	Jl	Ag	
Créditos	X	X	X	X	X				X	X	X	X														
Pesquisa bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					
Coleta de dados									X	X	X															
Análise dos dados												X	X	X												
Escrita	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					
Qualificação																	X									
Correção e atualização																	X	X	X	X						
Defesa																						X				
Publicação em Periódico																										X

Obs: Agosto de 2020 a Agosto de 2022 (Em virtude da pandemia de Covid 19).

5 RESULTADOS ESPERADOS

Ao final da pesquisa, espera-se compreender o que foi proposto como temática para o trabalho e, assim, entender a legitimidade da luta pela terra, tanto pelas fontes teóricas como pela realidade empírica.

A práxis da pesquisa necessariamente compreende uma expectativa do pesquisador de se levar em diante o trabalho quantitativo para o levantamento e entendimento do objeto ao qual se incumbiu de pesquisar e pensar ações e sugestões para que esse trabalho não apenas sirva como fonte de consulta, mas, que se permita pensar ações e políticas públicas quando essa se fizer necessária.

Tendo como objeto de pesquisa, a Gleba Providência III no município de Curvelândia/MT, e esta proporcionarem ao menos três questionamentos e particularidades sobre sua consolidação enquanto território, propiciar aos seus sujeitos a possibilidade de compreensão de suas formas de singularidade e de seu espaço habitado.

Enfim, aquém do que já foi referenciado, enfatizar de maneira clara e concisa, o método que se têm da ocupação do campo, e de que forma o poder do capital influencia diretamente na sua construção, e ao mesmo tempo, na sua destruição enquanto território de produção destinada à agricultura familiar, da territorialização enquanto identidade, e de lugar enquanto afetividade e pertencimento.

6 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMACHO, R.S. O Agronegócio Latifundiário Versus a Agricultura Camponesa: A Luta Política e Pedagógica do Campesinato. **Anais...** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 7 Ed. Editora Ática. São Paulo, 2000.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: Conceitos e Paradigmas – Apontamentos Preliminares. **Rev. GEOMAE – Geografia, Meio Ambiente e Ensino**. V. 1 n. 2, 2010. Disponível em: http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/12/pdf_7. Acesso em: 15 nov. 2020.

COSTA, Silvania Santana; RODRIGUES, Auro de Jesus; SILVA, José Adailton Barroso da; FONTANA, Raphael Luiz Macêdo. Uma Abordagem da Agricultura sobre os Modos de Produção. **Cadernos de Graduação**, Aracaju, v. 2, n. 2, 2014.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na Campanha Gaúcha. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. V. 8, n. 15, p. 1-25. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/22080/12054>. Acesso em: 10 nov. 2020.

DUARTE, Matusalém de Brito. O “Lugar-Território” na complexidade da realidade contemporânea: Incursões Teóricas a partir da Intersubjetividade. **Caminhos da Geografia**. V. 9, n. 26, p. 185-192. Uberlândia, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. Território, Trabalho e Poder: por uma geografia relacional. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. V. 1, n. 2, p. 173-195. 2006.

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, nº 9, pp. 65-83, jul./dez., 2000.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso. **Confins [Online]**, n. 25, 2015. Disponível em: URL: <http://confins.revues.org/10446>. Acesso em: 15 nov. 2020.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Camponesa de Geografia**. V. 2, n. 3, p. 523-545. 2012.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**. V. 1, n. 2, p. 39-52. 2007.

_____. Dês-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.166-205.

_____; Bruce, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **Geographia**, Niterói, v. 7, 2002.

JESUS, José Novais de; CALAÇA, Manoel; SILVA, Lorraine Gomes da. O Território Camponês em Construção: Utopias e Contradições. **Revista Territorial**. Goiás, v. 2, n. 2, 2013.

LEITE, A. F. O Lugar: Duas Acepções Geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências** – UFRJ, 21, p. 9-20, 1998.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. 2002. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871/732746>. Acesso em: 15 nov. 2020.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, Espaço de Identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. Ed. 1. Expressão Popular, UNESP, 2008.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**. V. 2, n. 14, p. 48-60. 2007. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6_moreira_e_hespanhol.pdf. Acessado em: 10/11/2020.

MOREIRA NETO, Henrique Fernandes. A abordagem fenomenológica em Geografia para o estudo da vulnerabilidade do lugar. **Revista Formação**. V.2, n. 23, p. 311-317. 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/4025/3364>. Acessado em: 10/11/2020.

MORENO, Gislaene. O Processo Histórico de Acesso à Terra em Mato Grosso. **Geosul, Florianópolis**. V.14, n. 27, p. 67-90, 1999.

PEREIRA, João Marcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo. Terra, Poder e Lutas Sociais no Campo Brasileiro: Do Golpe à Apoteose do Agronegócio (1964-2014). **Tempos Históricos**. V. 18, p. 73-111. 2014.

RAFFESTIN, CLAUDE. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória. **Anais...** Seminário: Estudos Territoriais de desigualdade social. 2001.

SANTOS, Milton, **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. O dinheiro e o território. **Geographia**. Ano. 1, n. 1, p. 7-13. 1999.

_____. **Técnica Espaço Tempo**: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional, São Paulo, 1994.

_____. Circuitos espaciais de produção: um comentário. In: SOUZA, María Adélia de; SANTOS, Milton. **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apresentação do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis. V. 22, n. 43, p. 55-76. 2007.

STANISKI, Adelita; KUNDLATSCH, Cesar Augusto; PIREHOWSKI, Dariane. O Conceito de Lugar e suas Diferentes Abordagens. **Revista Perspectiva Geográfica**. V.9, n.11, p. 1-19. Unioeste, 2014.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Trabalho e Territórios em Disputa: Algumas Considerações. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campeinato e Territórios em Disputa**. Ed. 1. Editora: Expressão Popular. São Paulo, 2008.



Prof. Edevaldo Aparecido Souza
Orientador